

31/março/2026

À: MTX Se-Camanducaia SPE S.A.
À atenção dos Administradores

Ref.: Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras nº 263R3-010-PB

Prezados senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.Sas. as demonstrações financeiras da MTX Se-Camanducaia SPE S.A. encerradas em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório do auditor independente.

Atenciosamente,

Rafael Castro Hansted
Sócio

MTX Se-Camanducaia SPE S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 263R3-010-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2025	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100

Ao Administrador da
MTX Se-Camanducaia SPE S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MTX Se-Camanducaia SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MTX Se-Camanducaia SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Constituição da Companhia e início da construção da subestação elétrica

Conforme Nota Explicativa nº 1, a Companhia está em fase pré-operacional (tendo sido constituída em 21 de agosto de 2024, e, até o momento, os investimentos efetuados são referentes à construção da subestação elétrica. Os acionistas têm interesse e capacidade financeira para suportar a continuidade do desenvolvimento

do projeto (até sua conclusão e início das operações). Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0



Rafael Castro Hansted
Contador CRC 1SP-337.546/O-1

MTX SE-CAMANDUCAIA SPE S.A

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
E 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u> (não auditado)	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u> (não auditado)
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.290	4.734	Fornecedores	6	1.561	2.271
Adiantamento a fornecedores		322	-	Impostos e contribuições a recolher		4	298
Impostos a recuperar		1.049	18	Empréstimos		993	-
Outros créditos		42	24	Partes Relacionadas		-	-
Total do ativo circulante		<u>11.703</u>	<u>4.776</u>	Total do passivo circulante		<u>2.558</u>	<u>2.569</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	5	<u>68.685</u>	<u>10.783</u>	Empréstimos		<u>59.120</u>	-
Total do ativo não circulante		<u>69.685</u>	<u>10.793</u>	Total não circulante		<u>59.120</u>	-
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	7	10.203	13.000
				Adiantamento para futuro aumento de capital		12.250	-
				Resultado do exercício		(2.743)	-
				Total do patrimônio líquido		<u>19.710</u>	<u>13.000</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>81.388</u></u>	<u><u>15.569</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>81.388</u></u>	<u><u>15.569</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MTX SE-CAMANDUCAIA SPE S.A

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		-	-
CUSTO		(852)	-
LUCRO BRUTO		(852)	-
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas administrativas e gerais	9	(1.268)	-
		(1.268)	-
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	10	272	-
Despesas financeiras	10	(1.885)	-
		(1.613)	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(3.733)	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		990	-
PERJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(2.743)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MTX SE-CAMANDUCAIA SPE S.A

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE
DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u> (não auditado)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(2.743)	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(2.743)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MTX SE-CAMANDUCAIA SPE S.A

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	<u>Capital</u> <u>social</u> <u>Subscrito</u>	<u>AFAC</u>	<u>Lucros</u> <u>(Prejuízos)</u> <u>acumulados</u>	<u>Total</u>
Constituição da Companhia em 21 de agosto de 2024		13.000	-	-	13.000
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (não auditado)		<u>13.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.000</u>
Aumento de capital		37.203	12.250		49.453
Redução de capital		(40.000)	-	-	(40.000)
Prejuízo do exercício		-	-	(2.743)	(2.743)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		<u>10.203</u>	<u>12.250</u>	<u>(2.743)</u>	<u>19.710</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MTX SE-CAMANDUCAIA SPE S.A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

MTX SE-CAMANDUCAIA SPE S.A

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO
DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u> (não auditado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(2.743)	-
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) do exercício com o caixa líquido			
gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		821	-
Provisão de juros		1.739	-
Amortização custo de empréstimo		30	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar		(1.031)	(18)
Adiantamentos		(322)	-
Outros créditos		(18)	(24)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	6	(710)	2.271
Impostos e contribuições a recolher		(294)	298
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais		<u>(2.528)</u>	<u>2.527</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de ativo imobilizado	5	<u>(59.714)</u>	<u>(10.793)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(59.714)</u>	<u>(10.793)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos		58.344	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	12.250	-
Integralização de capital		37.203	13.000
Redução de capital		(40.000)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>67.797</u>	<u>13.000</u>
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>5.555</u>	<u>4.734</u>
Saldo no início do exercício		4.734	-
Saldo no final do exercício		10.290	4.734
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>5.556</u>	<u>4.734</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MTX SE-CAMANDUCAIA SPE S.A. ("Companhia"), é uma Companhia sociedade anônima de capital fechado com sede na Fazenda Levantina, s/n, bairro Jaguari do Meio, município Camanducaia - Mg, CEP: 37.650-00, constituída em 21 de agosto de 2024, e específico implementação de instalações elétricas de subestações e linhas de transmissão para a viabilização de projetos de infraestrutura voltados para operação, fornecimento, construção indireta, gerenciamento, manutenção, rebaixamento e elevação de tensão, além do suporte de infraestruturas e operação de ativos das instalações.

Em 24 de junho de 2025, a Matrix adquiriu 100% da SPE Camanducaia da BS Energy, com o objetivo de dar continuidade à construção de uma subestação elétrica para atender à nova unidade de produção da Melhoramentos, uma das maiores companhias de celulose e papel do Brasil. A transação está vinculada a um Contrato de Compra de Energia (PPA) de longo prazo, que inclui uma solução integrada para fornecimento de energia e serviços associados. Como parte da estrutura, a Matrix assumiu o investimento necessário para a entrega da solução integrada da unidade garantindo a continuidade das obras e a entrega de energia de forma estável e confiável.

As informações apresentadas nas demonstrações financeiras foram elaboradas de forma contínua, refletindo a posição patrimonial, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia ao longo do período. Os saldos e valores apresentados incluem ajustes e classificações consistentes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão preparados com base no princípio da continuidade, considerando que a Companhia tem condições de manter suas operações nos próximos períodos sem riscos significativos de interrupção. Alterações relevantes ocorridas no período subsequente à data-base são divulgadas

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e legislação específica da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 2.3.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2025.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos críticos

As áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras.

2.4. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas adiante de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Resultados financeiros

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro.

b) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas, quando aplicável, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

c) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens substituídos é baixado.

A depreciação de ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. O Imobilizado da Companhia é a subestação e linhas de transmissão que será depreciado em 10 anos quando estiver em operação. O imobilizado se encontra em construção, pois a unidade não se encontra em operação.

d) Provisões e contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária), quando aplicável, são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A companhia não possui contingências a serem reconhecidas.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são apurados com base na presunção do lucro, conforme determinado pela legislação, com alíquota de 15% de Imposto de renda e adicional de 10% sobre o valor excedente de R\$ 240 da base e 9% para contribuição social.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto é reconhecido no resultado.

O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal e recolhido trimestralmente.

f) Capital Social

As quotas são classificadas no patrimônio líquido.

g) Distribuição de dividendos.

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor diferente do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral e/ou Conselho de Administração.

3.1 MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÕES

3.1. Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao IFRS 16/CPC 06 (R2): Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2025 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1/CPC26 (R1): Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimos existentes podem exigir renegociação.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2025. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.2. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R3)

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações à IAS 21/CPC 02 (R2)

Ausência de conversibilidade. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações à IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9 CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros

Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros que alteram a IFRS 9 (CPC 48) e a IFRS 7 (CPC 40 (R1)) e que abordam os seguintes tópicos:

- Desreconhecimento de passivo financeiro liquidado por transferência eletrônica;
- Classificação de ativos financeiros – termos contratuais que são consistentes com um acordo básico de empréstimo;
- Classificação de ativos financeiros – ativos financeiros com características sem recurso;

- Classificação de ativos financeiros – instrumentos contratualmente vinculados;
- Divulgações – investimentos em instrumentos patrimoniais designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- Divulgações – termos contratuais que podem alterar a época ou o valor dos fluxos de caixa contratuais na ocorrência (ou não ocorrência) de um evento contingente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual.

Contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - Emendas à IFRS 9/CPC 48 e à IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu este documento para que as empresas possam melhor relatar os impactos financeiros dos contratos de eletricidade relacionados à natureza, que geralmente são estruturados como contratos de compra de energia (PPAs, na sigla em inglês).

Os contratos de eletricidade relacionados à natureza ajudam as empresas a garantir o fornecimento de eletricidade a partir de fontes como a energia eólica e solar. A quantidade de eletricidade gerada por esses contratos pode variar com base em fatores incontroláveis, como as condições climáticas. As alterações na IFRS 9 e IFRS 7 incluem:

- Esclarecer a aplicação dos requisitos de “uso próprio”;
- Permitir a contabilidade de hedge se esses contratos forem usados como instrumentos de hedge;
- Adicionar novas exigências de divulgação para permitir que os investidores entendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de uma empresa.

Essas alterações refletem o compromisso de garantir que as normas IFRS permaneçam relevantes e responsivas às necessidades do mercado. Essas emendas devem ser aplicadas para períodos de relatórios anuais após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS — Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu o documento Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11, que faz pequenas alterações às IFRS 1 (CPC 37 (R1)), IFRS 7 (CPC 40 (R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e IAS 7 (CPC 03 (R2)).

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as

com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 - Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 - Lucro por Ação.

A IFRS 18 introduziu novas exigências para:

- Apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado
- Apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras
- Melhorarias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações

A entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.

A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras.

A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS.

A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la.

A entidade pode apenas aplicar a IFRS 19 se, no final do período de relatório:

- For uma subsidiária (isso inclui uma controladora intermediária)
- Não tiver responsabilidade pública, e
- Sua controladora final ou qualquer controladora intermediária prepara demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS.

A subsidiária tem responsabilidade pública se:

- Seus instrumentos da dívida ou patrimoniais forem negociados em um mercado público ou se estiver no processo de emissão desses instrumentos para negociação em um mercado público (uma bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão, inclusive mercados locais e regionais), ou
- Detiver ativos em capacidade fiduciária para um grupo abrangente de estrangeiros como um dos seus principais negócios (por exemplo, bancos, associações de crédito, seguradoras, corretoras/negociantes de valores

mobiliários, fundos mútuos e bancos de investimento normalmente atendem este segundo critério).

As entidades elegíveis podem aplicar a IFRS 19 nas suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais. Uma controladora intermediária elegível que não aplica a IFRS 19 nas suas demonstrações financeiras consolidadas pode fazer isso nas suas demonstrações financeiras separadas.

A nova norma é aplicável para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. Se a entidade optar por aplicar a IFRS 19 para um período de relatório anterior ao período de relatório no qual ela aplicar a IFRS 18 pela primeira vez, ela deve aplicar um conjunto modificado de exigências de divulgação descrito no anexo à IFRS 19. Se a entidade optar por aplicar a IFRS 19 para um período de relatório anual antes de ter aplicado as alterações à IAS 21, ela não deve aplicar as exigências de divulgação na IFRS 19 com relação à Falta de Conversibilidade.

A Companhia não espera que a IFRS 19 seja aplicada para fins das demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Caixa e bancos (i)	-	19
Aplicações financeiras	10.290	4.715
Total	10.290	4.734

(i) As aplicações financeiras consistem em operações de renda fixa com compromissos de recompra lastreadas em certificados de depósitos e outros títulos de emissão de entidades financeiras, remunerados pela taxa média de 90% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (85% do CDI em 31 de dezembro de 2024). De acordo com os contratos firmados pela Companhia e pelos bancos, essas aplicações podem ser resgatadas em prazo inferior a 90 dias, sem perda dos rendimentos. Dessa forma, foram consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. IMOBILIZADO

A Composição do imobilizado é como segue:

	31.12.2025				31.12.2024 (não auditado)
	Taxa a.a. (*)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado					
Máquinas e Equipamentos	10	70.506	(821)	69.685	-

Imobilizado em andamento

-	-	-	10.793
70.506	-	821	69.685
			10.793

As movimentações do imobilizado no período findo em 31 de dezembro de 2025 foram as seguintes:

	31.12.2024 (não auditado)	Adições	Transferência	Depreciação	31.12.2025
Imobilizado					
Máquinas e Equipamentos (a)	-	20.932	49.575	(821)	69.685
Imobilizado em andamento	10.793	38.782	(49.575)	-	-
	10.793	59.714	-	(821)	69.685

- (a) O projeto consistiu na implantação de uma solução energética integrada para a Melhoramentos Florestal, contemplando a construção de uma subestação elétrica dedicada à sua nova unidade produtiva em Minas Gerais. A subestação foi projetada para reduzir a tensão de 138 kV para 13,8 kV, adequando a energia recebida ao padrão necessário para o consumo industrial da planta. A iniciativa teve como principal objetivo assegurar maior estabilidade e confiabilidade no fornecimento de energia, minimizando riscos de interrupções e garantindo disponibilidade contínua para suportar as operações produtivas. Até o presente momento, o projeto encontra-se substancialmente concluído, sendo que os ativos já foram transferidos para a rubrica de máquinas e equipamentos, conforme refletido nas movimentações apresentadas no mapa.

6. FORNECEDORES

Os saldos de fornecedores referem-se a operações de aquisição de máquinas e equipamentos destinados à operação da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo era de R\$ 1.561 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2024 o montante era de R\$ 2.271 milhões.

7. Patrimônio líquido

A Companhia foi constituída em 21 de agosto de 2024, com capital social inicial de R\$ 1,00 (um real), dividido em 1 quota de valor nominal de R\$ 1,00, totalmente integralizada em moeda corrente.

No exercício de 2025, houve aporte no montante de R\$ 37.203.266,00, a título de aumento de capital.

Ainda em 2025, houve aporte no montante de R\$ 12.250.000,00, a título de adiantamento para futuro aumento de capital.

Ainda em 2025, foi deliberada a redução do capital social no montante de R\$ 40.000.000,00, por ter sido considerado excessivo em relação às atividades da Companhia.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito totaliza R\$ 10.203.266,00, dividido em quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas, conforme composição a seguir:

	%	Quantidade	Valor - R\$
Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	100%	10.203.266	10.203.266
Total	100%	10.203.266	10.203.266

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Empréstimo – Circulante	993	-
Empréstimo – Não Circulante	59.120	-
Total de Empréstimos e financiamentos	60.113	-

	2024	(+) Captações	(-) Custo de Captação	(+) Juros Incorridos	(-) Pagamentos	(-) Pagamentos de Juros	(+) Amortização custo de Captação	2025
Empréstimo – Oliveira Trust	0	60.000	-1.656	1.739			30	60.113
Total	-	60.000	-1.656	1.739	0	0	30	60.113

Vencimento futuro das parcelas, líquidas dos custos de transação:

	Pagamento principal	Custo de transação	Total
2026	1.109	(116)	993
2027	2.889	(116)	2.773
2028	2.824	(116)	2.708
2029	3.424	(116)	3.308
2030	3.724	(116)	3.608
2031	4.024	(116)	3.908
2032	4.174	(116)	4.058
2033	4.624	(116)	4.508
2034	4.924	(116)	4.808
2035	5.224	(116)	5.108
2036	5.824	(116)	5.708
2037	6.124	(116)	6.008
2038	6.424	(116)	6.308
2039	6.424	(116)	6.308
	61.739	(1.626)	60.113

Cláusulas contratuais restritivas

A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas ("covenants") usuais de mercado, previstas no contrato de empréstimo, cujas disposições mais relevantes incluem:

I. Manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,30x (uma vírgula trinta vezes), apurado de acordo com a metodologia estabelecida na respectiva Escritura de Emissão, com base nas Demonstrações Financeiras Auditadas e nas Informações Financeiras Trimestrais Não Auditadas da Emissora. A primeira apuração do referido índice ocorrerá com fundamento nas Informações Financeiras Trimestrais Não Auditadas relativas ao primeiro trimestre do exercício social de 2027; e

II. Manutenção da Relação Dívida Líquida/EBITDA dentro dos limites estabelecidos na respectiva Escritura de Emissão, apurada com base nas Demonstrações Financeiras Auditadas e nas Informações Financeiras Trimestrais Não Auditadas da Emissora, considerando o período acumulado dos últimos 12 (doze) meses (LTM). A primeira apuração do referido índice ocorrerá com fundamento nas Informações Financeiras Trimestrais relativas ao primeiro trimestre do exercício social de 2028. Os limites aplicáveis são: • igual ou inferior a 4,20x, a partir da data da 5ª (quinta) parcela de amortização, em 15 de março de 2028, até a data anterior à 11ª (décima primeira) parcela de amortização, em 15 de março de 2031; e • igual ou inferior a 3,00x, a partir da 11ª (décima primeira) parcela de amortização, em 15 de março de 2031, até a data de vencimento final das debêntures.

9. CUSTOS E DESPESAS

	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Depreciação	(821)	-
Outras	(31)	-
Serviços de terceiros (i)	(1.268)	-
Total	(2.120)	-
(i) Trata-se de consultoria para operacionalização da subestação.		

Classificados na demonstração do resultado como:

	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)
Custo	(852)	-
Despesas administrativas e gerais	(1.268)	-
Total	(2.120)	-

10. RESULTADO FINANCEIRO

	31/07/2025	31/12/2024 (não auditado)
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira	272	-

	272	-
Despesas financeiras		
Juros pagos	(7)	-
Juros sobre empréstimos	(1.739)	-
Impostos e taxas diversas	(73)	-
Despesas bancárias	(66)	-
	(1.885)	-
Resultado financeiro	(1.613)	-

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. A forma de identificação e condução desses riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. Os riscos mais significativos são:

Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas por inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou investimentos financeiros.

Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elaborou um modelo de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

(b) Instrumentos financeiros por categoria valor de justo e contábil

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos ou custo amortizado, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	31/12/2025	31/12/2024 (não auditado)	Mensuração a valor justo
Custos amortizado (ativos financeiros)			
Caixa e equivalente de caixa (Nota Explicativa nº 04)	10.290	4.734	Nível 1
Custos amortizado (passivos financeiros)			
Fornecedores (Nota Explicativa nº 06)	1.561	2.271	Nível 1
Empréstimos (Nota Explicativa nº 08)	60.113	-	Nível 1

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3 a), o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

10. EVENTOS SUBSEQUENTES

10.1. Aportes de Capital

No primeiro trimestre de 2026, a Companhia formalizou o aumento de capital de R\$ 12.250 que estava registrado como AFAC.

10.2 Mudanças na Administração

Após o encerramento do exercício, houve alteração na liderança da Companhia: Wilson Ferrera Júnior assumiu o cargo de Diretor Presidente (CEO), sucedendo Rubens Celso Alves Misorelli Filho, conforme deliberado pelos órgãos de governança.

* * *